

PAPO DE RESPOSTA: PROMOÇÃO DE DIÁLOGO, VÍNCULO E PENSAMENTO CRÍTICO NA ADOLESCÊNCIA

Lenon Goulart de Vargas¹

Jana Gonçalves Zappe²

RESUMO

Tradicionalmente, a Polícia Civil é reconhecida por desempenhar sua atividade-fim de investigação, que possui um caráter essencialmente repressivo, pois visa ao esclarecimento de fatos possivelmente criminosos para eventual condenação dos responsáveis mediante a aplicação de penas, seguindo a lógica de uma Justiça Retributiva (punitiva). No entanto, hodiernamente, este cenário tem se modificado na medida em que a instituição, repensando seus processos de trabalho, tem buscado atuar de forma preventiva, apostando na valorização das relações interpessoais, do diálogo e da humanização, seguindo uma dinâmica com caracteres inerentes a uma Justiça Restaurativa, por meio de ações como o Programa Papo de Resposta. Neste sentido, o presente trabalho objetiva apresentar a prática do Papo de Resposta a partir dos atravessamentos que possui com os princípios da Justiça Restaurativa e os meios alternativos de prevenção e resolução de conflitos. Trata-se de um estudo reflexivo, com base no procedimento de análise bibliográfica e documental. O Programa Papo de Resposta tem atuado por meio da promoção de encontros com adolescentes de escolas públicas, enfatizando a importância do diálogo, dos vínculos e do pensar crítico, visando à prevenção de conflitos. Acredita-se que as ações do Programa contribuem para a promoção do desenvolvimento na adolescência, a aproximação com a comunidade e a reconstrução da imagem do policial civil. Em conclusão, enfatiza-se que ações de prevenção baseadas no modelo da Justiça Restaurativa se constituem como uma alternativa para complementar a resposta repressiva e retributiva do Estado, superando problemas como os altos índices de reincidência e o encarceramento em massa.

Palavras-chave: Justiça Retributiva. Justiça Restaurativa. Meios alternativos de resolução de conflitos. Prevenção.

¹ Autor. Graduado em Direito (FADISMA). Especialista em Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública (IDRS). Mestrando do Programa de Pós Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro da Rede de Estudos sobre Desenvolvimento na Infância, Adolescência e Juventude (REDIJUV/UFSM). Endereço eletrônico: lenongoulart@hotmail.com

² Orientadora. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora da Rede de Estudos sobre Desenvolvimento na Infância, Adolescência e Juventude (REDIJUV/UFSM). Endereço eletrônico: janazappe@hotmail.com

REFERÊNCIAS

CORREIA, Isabel. Psicologia Social da Justiça: fundamentos e desenvolvimentos teóricos e empíricos. **Análise Psicológica**, Lisboa, [online]. v. 28, n.1, p.7-28, 2010. ISSN 0870-8231. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000100002 Acesso em: 20 out. 2020.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. A construção da justiça restaurativa no Brasil. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, SP, v. 1, n. 19, 2011. Disponível em: <http://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/65> Acesso em: 22 out. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Regimental n.º 146/2019**. Porto Alegre, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. **Você conhece o Papo de Resposta?** Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.pc.rs.gov.br/voce-conhece-o-papo-de-resposna>. Acesso em: 01 out. 2020.

XAVIER, A. **Polícia Civil lança Programa Papo de Resposta**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.pc.rs.gov.br/policia-civil-lanca-programa-papo-de-resposta>. Acesso em: 05 set. 2019.